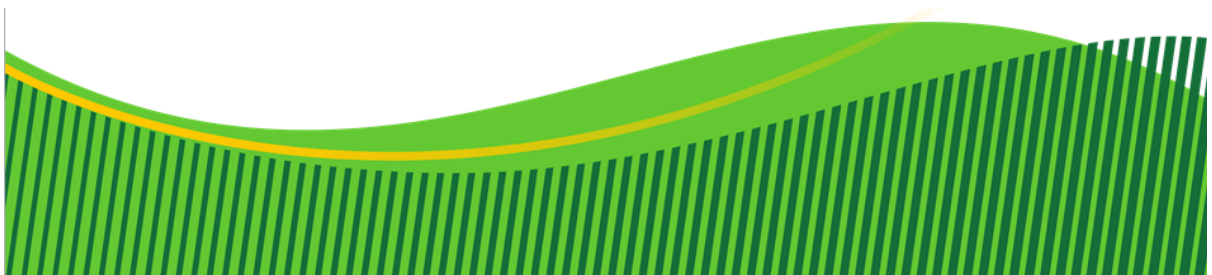


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal





Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG
Cruz Alta/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.570.103	1.392.959	CIRCULANTE	887.418	723.492
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.770	4.876	DEPÓSITOS (NOTA 12)	213.440	165.084
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	38.711	-	Depósitos à Vista	147.732	117.235
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.711	-	Depósitos Interfinanceiros	15.927	1.004
			Depósitos a Prazo	49.781	46.845
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	296.047	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	596.247	493.682
Carteira Própria	296.047	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	5
			Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	596.247	493.677
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	193.612	577.648	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.418	1.596
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	2	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.418	1.596
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	4.004	331			
Correspondentes no país	194	127	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	9	-
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	189.413	577.188	Empréstimos País - Outras Instituições	9	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	989.920	777.794			
Operações de Crédito	1.027.755	814.505	OUTRAS OBRIGAÇÕES	75.304	63.130
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(37.835)	(36.711)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	554	822
			Sociais e Estatutárias	30.650	25.535
OUTROS CRÉDITOS	32.105	23.585	Fiscais e Previdenciárias	4.964	4.957
Créditos por Avas e Fianças Honorados (NOTA 07)	232	480	Diversas (NOTA 15)	39.136	31.816
Rendas a Receber	1.987	2.235			
Créditos Específicos	1.309	1.236			
Diversos (NOTA 07 e 08)	30.667	22.160			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(2.090)	(2.526)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	13.938	9.056			
Outros Valores e Bens	15.875	11.083			
(Provisão para desvalorização)	(2.214)	(2.214)			
Despesas Antecipadas	277	187			
NÃO CIRCULANTE	393.185	267.358	NÃO CIRCULANTE	617.584	559.283
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	393.185	267.358	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	617.584	559.283
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	33.661	100.877	DEPÓSITOS (NOTA 12)	557.787	546.149
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.661	100.877	Depósitos Interfinanceiros	-	14.698
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	307.543	118.030	Depósitos a Prazo	557.787	531.451
Operações de Crédito	333.015	139.359	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	44.975	13.134
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(25.472)	(21.329)	Repasse Interfinanceiros	44.975	13.134
OUTROS CRÉDITOS	1.518	1.212	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	14.822	-
Diversos (NOTA 07 e 08)	1.533	1.224	Empréstimos País - Outras Instituições	14.822	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(15)	(12)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	41.004	37.896	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	458.286	377.542
Outros Investimentos	41.004	37.896	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	50.329	45.038
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	5.014	4.379	De Domiciliados no País	50.335	45.040
Imóveis de Uso	2.811	2.811	(Capital a Realizar)	(6)	(2)
Outros Imobilizações de Uso	9.583	8.143	RESERVAS DE SOBRRAS	390.153	317.566
(Depreciação acumulada)	(7.380)	(6.575)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.445	4.964	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.804	14.938
Outros Ativos Intangíveis	10.465	9.842			
(Amortização acumulada)	(6.020)	(4.878)			
TOTAL DO ATIVO	1.963.288	1.660.317	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.963.288	1.660.317

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
	INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	95.093	-	95.093	180.913	3	180.916	134.219	1
Operações de Crédito	91.701	-	91.701	174.390	3	174.393	133.302	1	133.303
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.382	-	3.382	6.492	-	6.492	888	-	888
Resultado das Aplicações Compulsórias	10	-	10	31	-	31	29	-	29
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(38.897)	(45)	(38.942)	(79.155)	(86)	(79.241)	(70.313)	(75)	(70.388)
Operações de Captação no Mercado	(15.592)	(45)	(15.637)	(32.738)	(85)	(32.823)	(29.159)	(75)	(29.234)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.959)	-	(14.959)	(30.867)	(1)	(30.868)	(30.652)	-	(30.652)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.346)	-	(8.346)	(15.550)	-	(15.550)	(10.502)	-	(10.502)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	56.196	(45)	56.151	101.758	(83)	101.675	63.906	(74)	63.832
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.906)	5.326	(5.580)	(7.088)	11.047	3.959	15.734	11.124	26.858
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.105	7.943	13.048	10.458	16.293	26.751	9.952	16.028	25.980
Rendas de Tarifas Bancárias	4.974	1	4.975	9.401	1	9.402	7.803	-	7.803
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.163)	(1.038)	(16.201)	(27.781)	(2.022)	(29.803)	(24.382)	(2.090)	(26.472)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(7.815)	(790)	(8.605)	(14.215)	(1.465)	(15.680)	(12.285)	(1.558)	(13.843)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(77)	(392)	(469)	(213)	(808)	(1.021)	(122)	(791)	(913)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	16.653	316	16.969	37.374	108	37.482	50.660	382	51.042
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(14.583)	(714)	(15.297)	(22.112)	(1.060)	(23.172)	(15.892)	(847)	(16.739)
RESULTADO OPERACIONAL	45.290	5.281	50.571	94.670	10.964	105.634	79.640	11.050	90.690
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	134	-	134	140	-	140	(140)	149	9
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	45.424	5.281	50.705	94.810	10.964	105.774	79.500	11.199	90.699
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(2.009)	(2.009)	-	(4.278)	(4.278)	-	(4.494)	(4.494)
Provisão para Imposto de Renda	-	(1.245)	(1.245)	-	(2.655)	(2.655)	-	(2.654)	(2.654)
Provisão para Contribuição Social	-	(764)	(764)	-	(1.623)	(1.623)	-	(1.840)	(1.840)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.076)	-	(3.076)	(5.729)	-	(5.729)	(5.126)	-	(5.126)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	42.348	3.272	45.620	89.081	6.686	95.767	74.374	6.705	81.079
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.761	(5.761)	-	4.402	(4.402)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	42.348	3.272	45.620	94.842	925	95.767	78.776	2.303	81.079
DESTINAÇÕES	-	-	-	(77.038)	(925)	(77.963)	(63.838)	(2.303)	(66.141)
Fates - Estatutário	-	-	-	(4.451)	-	(4.451)	(3.735)	-	(3.735)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(925)	(925)	-	(2.303)	(2.303)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(66.765)	-	(66.765)	(56.018)	-	(56.018)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.822)	-	(5.822)	(4.085)	-	(4.085)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	17.804	-	17.804	14.938	-	14.938

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG

CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	42.537	257.455	13.698	313.690
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.143	-	(13.613)	(10.470)
Destinações para reservas	-	8	(8)	-
Outras destinações	-	-	(77)	(77)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	75	-	-	75
Baixas de capital	(717)	-	-	(717)
Resultado do período	-	-	81.079	81.079
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.735)	(3.735)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(2.303)	(2.303)
Reserva Legal - Estatutária	-	56.018	(56.018)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.085	(4.085)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	45.038	317.566	14.938	377.542
Mutações do Período	2.501	60.111	1.240	63.852
Saldos no início do período em 01/01/2019	45.038	317.566	14.938	377.542
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.107	-	(14.841)	(8.734)
Outras destinações	-	-	(97)	(97)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	74	-	-	74
Baixas de capital	(890)	-	-	(890)
Resultado do período	-	-	95.767	95.767
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(4.451)	(4.451)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(925)	(925)
Reserva Legal - Estatutária	-	66.765	(66.765)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.822	(5.822)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	50.329	390.153	17.804	458.286
Mutações do Período	5.291	72.587	2.866	80.744
Saldos no início do período em 01/07/2019	50.620	317.566	50.147	418.333
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	42	-	-	42
Baixas de capital	(333)	-	-	(333)
Resultado do período	-	-	45.620	45.620
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(4.451)	(4.451)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(925)	(925)
Reserva Legal - Estatutária	-	66.765	(66.765)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.822	(5.822)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	50.329	390.153	17.804	458.286
Mutações do Período	(291)	72.587	(32.343)	39.953

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	44.880	97.462	77.945
Resultado do semestre/exercício	45.620	95.767	81.079
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(740)	1.695	(3.134)
Provisão para operações de crédito	3.700	5.267	1.343
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(5)	-	(86)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(42)	(433)	579
Depreciação do imobilizado de uso	441	862	823
Amortização do intangível	597	1.142	1.001
Baixas do ativo permanente	-	-	127
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	67	84	(920)
Destinações ao FATES	(5.376)	(5.376)	(6.038)
Dividendos SicrediPar	(122)	149	37
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(373.343)	(469.468)	(27.256)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	14.670	28.505	(99.688)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(296.047)	(296.047)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.174	1	-
(Aumento) em créditos vinculados	(4.000)	(3.673)	(294)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(84)	(67)	194
(Aumento) em operações de crédito	(364.017)	(406.906)	(192.787)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	230.527	134.406	73.403
(Aumento) em outros créditos	(4.538)	(8.542)	(5.568)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(4.880)	(4.882)	496
Aumento em depósitos	19.167	59.994	194.036
Aumento em relações interdependências passivas	1.905	822	378
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	14.832	14.831	(11.394)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(333)	(1.167)	(855)
Aumento em outras obrigações	14.281	13.257	14.823
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(328.463)	(372.006)	50.689
Aquisição de Investimentos	(3.109)	(3.108)	(4.068)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(986)	(1.497)	(856)
Aplicações no Intangível	(194)	(623)	(2.038)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.289)	(5.228)	(6.962)
Integralização de capital	42	74	75
Baixa de capital	(333)	(890)	(717)
Distribuição de Sobras	-	(8.831)	(10.547)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(291)	(9.647)	(11.189)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(333.043)	(386.881)	32.538
Caixa e equivalente de caixa no início do período	528.226	582.064	549.526
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	195.183	195.183	582.064

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Planalto - Sicredi Planalto RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/07/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	5.770	4.876
Caixa	5.770	4.876
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	189.413	577.188
Total	195.183	582.064

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.711	-
DI entre Banco e Cooperativas	38.711	-
Total circulante	38.711	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.661	100.877
DI entre Banco e Cooperativas	33.661	99.207
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.670
Total não circulante	33.661	100.877

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	296.047	-
Total circulante	296.047	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	382.219	263.938	646.157	401.804
Financiamentos	22.139	36.708	58.847	28.271
Financiamentos rurais e agroindustriais	623.397	32.369	655.766	523.789
Carteira total	1.027.755	333.015	1.360.770	953.864

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	232	-	232	480
Devedores por compra de valores e bens	589	1.526	2.115	2.000
Títulos e créditos a receber (i)	27.532	7	27.539	19.480
Total	28.353	1.533	29.886	21.960

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	68	-	-	-
Nível A	0,50	174.264	127.690	871	638
Nível B	1,00	623.268	334.914	6.233	3.349
Nível C	3,00	472.698	384.033	14.181	11.521
Nível D	10,00	73.177	83.415	7.318	8.342
Nível E	30,00	8.605	7.049	2.582	2.115
Nível F	50,00	7.358	7.319	3.679	3.660
Nível G	70,00	6.592	5.621	4.614	3.935
Nível H	100,00	24.626	25.783	24.626	25.783
Total (i)		1.390.656	975.824	64.104	59.343

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 1.308 (2018 - R\$ 1.235).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.300	53.697	274.398	242.625	578.020	342.997
Rural	721	65.186	557.490	32.369	655.766	523.789
Industrial	-	1.385	6.509	2.228	10.122	6.646
Comércio	866	14.907	39.464	26.790	82.027	60.482
Outros Serviços	539	13.187	20.459	30.536	64.721	41.910
Total	9.426	148.362	898.320	334.548	1.390.656	975.824

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	166.431	11,97	114.234	11,70
50 devedores seguintes	335.402	24,12	231.456	23,72
100 devedores seguintes	244.747	17,60	179.915	18,44
Demais	644.076	46,31	450.219	46,14
Total	1.390.656	100	975.824	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	60.578	58.656
Constituição de provisão	15.550	10.502
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.716)	(8.580)
Saldo final	65.412	60.578

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.167 (2018 - R\$ 5.493), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 74.508 (2018 - R\$ 53.644).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	165	187
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	730	454
Devedores por compra de valores e bens	589	779
Devedores por depósitos em garantia	457	299
Impostos e contribuições a compensar	40	42
Títulos e créditos a receber (ii)	27.532	19.477
Operações com cartões	286	420
Pendências a regularizar	6	83
Outros	862	419
Total Circulante	30.667	22.160
Devedores por compra de valores e bens	1.526	1.221
Títulos e créditos a receber (ii)	7	3
Total não circulante	1.533	1.224

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	15.873	11.082
Imóveis	15.873	8.405
Veículos e afins	-	49
Bens em regime especial	-	2.628
Material em estoque	2	1
Despesas antecipadas	277	187
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.214)	(2.214)
Total Circulante	13.938	9.056

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.214 (2018 - R\$ 2.214) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	21.829	21.021
Sicredi Participações S.A.	19.161	16.861
Outras Participações e Investimentos	14	14
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	13	13
Total	41.004	37.896

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.967.210 ON 14.494.234 PN	5.469.012 ON 11.392.200 PN	1 Quotas	1 Quotas	21.829.476 Quotas	21.021.327 Quotas
Percentual de participação	2,04%	1,91%	0,62%	0,62%	5,60%	5,48%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	19.161	16.861	1	1	21.829	21.021

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.394	(7.380)	5.014	4.379
Imobilizações em curso	-	-	-	-	7
Terrenos	-	419	-	419	419
Edificações	4%	2.392	(1.123)	1.269	1.356
Instalações	10%	1.701	(1.341)	360	313
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.782	(1.080)	702	468
Sistema de comunicação	10%	376	(91)	285	113
Sistema de processamento de dados	20%	3.664	(2.445)	1.219	822
Sistema de segurança	10%	582	(430)	152	138
Sistema de transporte	20%	1.478	(870)	608	743
Intangível (i)		10.465	(6.020)	4.445	4.964
Investimentos Confederação		10.465	(6.020)	4.445	4.964
Total		22.859	(13.400)	9.459	9.343

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	147.732	-	-	147.732	117.235
Depósitos Interfinanceiros	351	15.576	-	15.927	15.702
Depósitos a prazo	16.298	33.483	557.787	607.568	578.296
Total	164.381	49.059	557.787	771.227	711.233

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	596.247	493.677
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	596.247	493.677
Total circulante	596.247	493.677
Recursos do Crédito Rural	44.975	13.134
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	44.975	13.134
Total não circulante	44.975	13.134

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 30/10/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	9	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9	-
Total circulante	9	-
Empréstimos no País - outras instituições	14.822	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.822	-
Total não circulante	14.822	-

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,75% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	5	5
Provisão para pagamentos a efetuar	3.084	2.896
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	1.004	920
Outras Contingências	55	60
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.687	6.981
Pendências a regularizar	2	372
Operações com cartões	25.808	19.133
Demais fornecedores	650	596
Credores diversos	1.841	853
Total circulante	39.136	31.816

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	790	90	(20)	860
Cível	130	58	(44)	144
Total	920	148	(64)	1.004

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	860	790
Cível	Provável	144	130
Total		1.004	920

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Tributária cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 112 (2018 - R\$ 112).

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	50.329	45.038
Total de associados	54.456	52.147

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.291 (2018 – R\$ 2.501), sendo R\$ 6.107 (2018 – R\$ 3.143) via integralização de resultados e R\$ 74 (2018 – R\$ 75), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 890 (2018 – R\$ 717).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 29 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	100.045	85.573
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(40.018)	(35.941)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	38	39
Provisão resgate de milhas cartão	20	(60)
Brindes e Doações	(11)	(10)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(13)	103
Receita com atos cooperativos	35.633	31.237
Lucros e dividendos	49	114
Outros	23	24
Subtotal	35.739	31.447
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(4.278)	(4.494)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	72.372	100.877
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	296.047	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	189.413	577.188
Outros Créditos - Rendas a receber	1.502	1.703
Outros Créditos - Diversos	788	512
Investimentos (Nota 10)	40.991	37.883
Intangível (Nota 11)	4.445	4.964
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	15.927	15.702
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	641.222	506.811
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.831	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	39.136	19.222
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.492	888
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	26.751	10.460
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	37.482	40.735
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	29	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	32.823	55
Operações de Empréstimos e Repasses	30.868	30.652
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	15.680	965
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	23.172	7.946

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	534	0,36%	594
Depósitos a prazo	2.508	0,41%	1.862
Operações de crédito	19.648	1,44%	20.099

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.817	2.621

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	421	366
Despesa de aluguéis	535	401
Despesa de comunicação	985	966
Despesa de manutenção e conservação	987	732
Despesa de material	398	323
Despesa processamento dados	623	356
Despesa de promoções e relações públicas	1.533	1.342
Despesa de propaganda e publicidade	122	105
Despesa de seguro	59	62
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.362	1.367
Despesa de serviços de terceiros	550	417
Despesa de serviços de vigilância e segurança	897	817
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.914	1.768
Despesa de serviços de transportes	486	373
Despesa de viagem	22	19
Despesa de depreciação e amortização	862	823
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.142	1.001
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.167	872
Emolumentos judiciais e cartoriais	420	489
Outras despesas administrativas	1.195	1.244
Total	15.680	13.843

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.291	2.521
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	28.648	39.512
Reversão de provisões operacionais	6.098	7.752
Outras rendas operacionais	1.445	1.257
Total	37.482	51.042

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.467	814
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	696	391
Contribuição Confederação Sicredi	6.488	5.863
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	642	697
Encargos da administração financeira	163	262
Repasso administradora de Cartões	273	342
Outras despesas de Cartões	1.390	1.155
Despesas de Securitização	5.767	-
Outras provisões operacionais	5.608	5.271
Outras despesas operacionais	547	1.826
Total	23.172	16.739

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	267.112	239.172
Coobrigações em cessões de crédito	604	711
Total	267.716	239.883

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	453.841	372.578
Nível I (NI)	453.841	372.578
Capital principal - CP	453.841	372.578
Capital social	50.329	45.038
Reservas de capital	390.153	317.566
Lucros acumulados	17.804	14.938
Ajustes Prudenciais	(4.445)	(4.964)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.757.494	1.432.864
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.212	1.352
Margem de Capital (i)	268.091	220.775
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,82%	26,00%
Situação de Imobilização (Imob)	5.028	4.393
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,11%	1,18%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vanderlei Farias de Oliveira
Diretor Executivo
CPF: 287.188.360-20

Adriano Bertagnolli Bolzan
Diretor de Operações
CPF: 903.205.300-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20